

A vida social dos peixes: crédito, escassez e raridade na circulação do pescado em municípios do sul dos Espírito Santo¹

Márcio De Paula Filgueiras (Ifes, campus Piúma)

palavras-chave: crédito-escassez-raridade

Resumo

A pesquisa que coordeno no Ifes campus Piúma tem como um de seus pontos de atenção a esfera da circulação do pescado. Esta envolve desde doações voluntárias, pagamento pelo trabalho, ofertas religiosas até a comercialização. Estas diferentes esferas de circulação do pescado constituem o que poderíamos chamar de vida social dos peixes, na medida em que estes atuam como mediadores de relações sociais. Ao atravessar as diversas esferas de circulação dos peixes, o crédito aparece como um ponto chave para entendermos a natureza das relações sociais locais. Para compreender o fenômeno do crédito, vou explorar as diferenças entre o princípio da escassez e aquele da raridade. Enquanto o acesso ao crédito bancário está submetido à lógica da escassez, ou seja, é universalmente acessível, desde que o indivíduo demonstre possuir os recursos para pagá-lo, (recursos estes que são sempre escassos por definição, como nos ensina a teoria econômica clássica), o acesso ao crédito pessoal obedece à lógica da raridade, ou seja, não é universalmente acessível, mas apenas àqueles que dentro do sistema local hierárquico da confiança pessoal possuem o prestígio para acessá-lo.

A vida social dos peixes

O título é claramente uma referência ao livro de Appadurai (2008) e meu objetivo aqui é apontar que os peixes circulam por diversas esferas da vida social, ora como dádiva política, ora como dádiva religiosa, ora como pagamento por trabalho, ora como mercadoria e nessa trajetória atuam como mediadores de relações sociais. A vida social dos peixes seriam estas trajetórias percorridas pelos peixes ao circularem pelas diversas esferas de relações sociais

Exemplo destas esferas não econômicas de circulação dos peixes são as narrativas locais que apontam a existência até os anos de 1970 da "linhada de São Pedro". Identifiquei também que em visitas ao município de Piúma, o reitor de uma instituição federal de educação já comprou peixes locais para presentear políticos. Os peixes também podem ser doados a pessoas necessitadas,

¹Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022

incluindo algumas que se oferecem para a ajudar no desembarque de peixes.

Ainda que o valor material ou econômico não possa ser ignorado nestas prestações, a circulação não está motivada pelo cálculo racional e pelo desejo de ganho econômico, mas expressa uma esfera mais generalizada da reciprocidade (Sahlins, 1968). Assim, a condição de mercadoria é uma fase da vida social do peixe e não uma condição inerente ao pescado. Nessa vida social dos peixes, ou seja, em suas diversas esferas de circulação, o crédito desempenha um papel fundamental na compreensão das relações sociais locais.

Crédito como mercadoria e crédito como objeto raro

A identificação dessa centralidade do crédito me suscitou o contraste entre a lógica da escassez e a lógica da raridade.

Até hoje, parte da Antropologia² atribui a escassez às sociedades de caçadores e coletores que, diante de tecnologias limitadas, passariam a maior parte do tempo em busca de alimentos para satisfazerem suas necessidades nutricionais e materiais básicas. Daí a impossibilidade de desenvolverem instituições complexas como o Estado.

No entanto, desde pelo menos a década de 1960, a publicação dos trabalhos de autores como Marshall Sahlins e Pierre Clastres demonstrou que a maior parte destes estudos baseam-se em dados de sociedades sob ocupação colonial e desterritorializadas, muitas vezes confinadas em reservas.

A revisão de dados e a busca de outras fontes etnográficas demonstrou que, na verdade, as sociedades de caçadores e coletores são capazes de produzir os bens considerados necessários para sua reprodução social e espiritual com cerca de três a quatro horas de trabalho, dentro de um ritmo que tornava difícil distinguir entre o lazer e a labuta propriamente dita.

Sahlins passou a chamar estas sociedades de sociedades da abundância e afirmou que a definição clássica da economia como a alocação ótima de recursos escassos para fins alternativos ou ilimitados não poderia ser estendida a elas porque como nessas sociedades os fins não são ilimitados, mas culturalmente ordenados e relativamente fáceis de serem satisfeitos, os recursos por definição não são escassos mas satisfatórios e até abundantes:

Há duas formas possíveis de afluência. As necessidades podem ser “facilmente satisfeitas”, seja produzindo muito, seja desejando pouco. A concepção vulgar, de Galbraith, constrói hipóteses apropriadas particularmente à economia de mercado: as necessidades dos homens são grandes, para não dizer infinitas, enquanto seus meios são limitados, embora possam ser aperfeiçoados: assim, a lacuna entre meios e fins pode ser diminuída pela produtividade industrial, ao menos para que os produtos ou bens indispensáveis se tornem abundantes. Mas, há também uma concepção Zen da riqueza, partindo das premissas um pouco

²Especialmente a abordagem conhecida como Antropologia Ecológica.

diferentes das nossas: que as necessidades humanas materiais são finitas e poucas, e os meios técnicos invariáveis mas, no conjunto, adequados. Adotando-se a estratégia Zen, pode-se usufruir de abundância sem paralelo - com baixo padrão de vida³.

Deste ponto de vista, a escassez não é um dado universal da economia, que se manifestaria de maneira dramática nas sociedades primitivas, mas uma condição imposta pela racionalidade econômica das sociedades de mercado.

Uma outra categoria analítica nos ajuda a entender melhor a economia das sociedades primitivas, a raridade. Sendo as necessidades materiais satisfeitas de maneira relativamente fácil, estas sociedades investem simbolicamente na valorização dos objetos raros ou preciosos. Tomemos o caso do Kula, a troca cerimonial de colares e braceletes descrita por Malinowski (2018) nas Ilhas Salomão. Tratam-se de objetos cerimoniais sem valor econômico, concebidos para existirem em quantidade limitada e serem possuídos apenas pelos chefes e pessoas de prestígio. Em contraste com as mercadorias, são objetos raros ou preciosos.

Assim, se na sociedade de mercado o poder econômico deriva da capacidade de acumular capital para se contrapor à escassez constitutiva da relação entre meios e fins, nas sociedades primitivas o poder está deslocado da esfera econômica, para outras esferas como a política, a religião e o parentesco. É a posição na hierarquia dessas esferas que dá acesso aos bens raros.

Acredito que essa lógica da raridade pode ser encontrada nas sociedades modernas, ainda que não seja a forma dominante de estruturação simbólica dos objetos, já que prevalece a forma mercadoria e o princípio da escassez, como já apontado.

Neste texto aponto o uso a categoria raridade para compreender as relações de crédito no contexto etnográfico das pescarias do sul capixaba. Enquanto o acesso ao crédito bancário está submetido à lógica da escassez, ou seja, é universalmente acessível, desde que o indivíduo demonstre possuir os recursos para pagá-lo, (recursos estes que são sempre escassos por definição, como nos ensina a teoria econômica moderna), o acesso ao crédito pessoal obedece à lógica da raridade, ou seja, não é universalmente acessível, mas apenas àqueles que dentro do sistema local hierárquico da confiança pessoal possuem o prestígio para acessá-lo. No primeiro caso, o crédito é uma mercadoria, no segundo caso é um bem raro.

Meu camarão tem nome

Decorre da existência do crédito como um bem raro que o acesso a ele depende da posição dentro do sistema de prestígio local. Ser bom pagador é um valor positivo, ainda que a insolvência

³SAHLINS, Marshall. A sociedade afluente original. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/322880/SAHLINS%2C+M.+Sociedade+afluente+original.pdf>. Acesso em 25/08/22.

não gere necessariamente rupturas definitivas.

Em Piúma, meu interlocutor, dono de peixaria, me disse: "O bom pagador, ele pede 20 vc leva 50. O mau pagador, ele pede 20 vc leva 10". Ou seja, você não rompe necessariamente com um mau pagador, mas negocia com ele nestes termos. Essa reputação positiva ou depreciativa a respeito do pagamento de dívidas, identifiquei também quando conversando com um pescador de Marataízes sobre um outro pescador que conhecíamos em comum. A primeira coisa que ele comentou sobre o pescador foi "é bom de paga" ainda que não falássemos especificamente sobre crédito naquela conversa. As pessoas extraem, portanto, um rendimento moral a partir do capital social acumulado, que serve como um cartão de visitas. Um comerciante me explicou certa vez que não ficava sem vender porque seu camarão "tem nome"⁴.

Locais como a "roda dos malandros" em Piúma ou a praça próxima ao porto em Marataízes são alguns dos lugares em que pescadores se reúnem para comentar reputações, que afetam a possibilidade de usufruir de crédito.

Diferentes manifestações do crédito

Além do acesso ao crédito não ser universal, mas estar baseado em hierarquias locais de parentesco e confiança pessoal, essa lógica da raridade implica que o crédito não se expresse apenas em um sentido econômico, mas em um sentido social mais amplo (Godelier, 1981).

Um pescador que contribuiu para a pesquisa explicou a um de nossos pesquisadores que orientou o filho a sempre oferecer os peixes primeiro para uma determinada empresa local de pescado:

Deixa eu te falar uma coisa [...] meu filho, Véi, antes de vender peixe para os outros, tem que ir primeiro lá na indústria X [...] não é vontade dele não [...] fui eu que pedi [...] porque eu devo muito àquela gente [...] quando eu precisei de ajuda, eles ajudaram [...] quando precisei comprar o motor novo pro meu barco, eles venderam pra mim na maior facilidade [...] nem precisei dar entrada, fui pagando com pescarias [...] eles também ajudaram muita gente aqui em Piúma⁵.

Isso deixa claro que as relações não se dão entre indivíduos orientados por motivações

⁴Aqui é possível pensar nas discussões de Mauss sobre como algo do dono viaja com o objeto.

⁵Filgueiras, M. & Oliveira, F. Narrativas sobre as categorias de tempo e espaço na cadeia produtiva da pesca de Piúma-ES. IN Filgueiras et. al. (ORG). Estruturas tradicionais e racionalidades econômicas: investigando as condições da soberania alimentar nos municípios de Piúma e Montanha, ES. Edição própria, 2020.

exclusivamente econômicas, mas entre categorias sociais mais amplas, como famílias, que não se relacionam de forma meramente contratual, mas através de compromissos sociais mais amplos (mais para noblesse oblige do que para bargain).

Isso vai ao encontro da afirmação de Godelier de que, nestes casos, “a balança de trocas é regulada antes de tudo pelo volume das necessidades sociais”⁶. Assim, o crédito pessoal é uma forma de crédito que não obedece às leis de mercado, por que não está universalmente disponível e também porque regulado por princípios extraeconômicos.

Atravessadores e dependência

Muitas das relações de crédito dão-se entre pescadores e comerciantes que são chamados de atravessadores. No entanto, esse papel dos atravessadores não permite que saltemos para a conclusão de que tratam-se de relações de dependência⁷.

A observação dos contextos concretos em que ocorrem estas relações indica particularidades contrastantes. Por exemplo, na Barra do Jucu, onde a produção é de pequena escala comparada com as pescarias de atum do sul, os atravessadores não exercem nenhum tipo de poder sobre os pescadores, pelo contrário, os pescadores consideram que estão ajudando eles quando disponibilizam peixes para que vendam. Isso difere de Itaipava, em que a produção de 10 a 15 toneladas de atum por embarcação coloca os pescadores sob pressão para vender o pescado. Mas não só o tamanho da produção é determinante pois, mesmo nessas condições, os pescadores encontram estratégias.

Exemplar desta relativa liberdade de pescadores para traçar estratégias, para escapar a um compromisso financeiro, foi a história ouvida em campo por Oliveira (2016) sobre o pescador que descarregou sua produção em outro estado e comunicou à empresa de pescado onde deveria ter descarregado que a pescaria fracassara. No entanto, como as informações circulam, o dono da empresa de pescado descobriu e o puniu ficando proibido de anotar material para carregar o barco até ele acertar a dívida ou parte dela.

Teve um caso de um pescador daqui, que não vou dizer quem é, que tava devendo a Zippilima, porque carregou o barco lá, mas foi descarregar em Alcobaça – Bahia, porque tinha um comprador lá oferecendo um valor maior pelo quilo, e ele fez boa pescaria, então ele descarregou lá, e chegou aqui dizendo que a pescaria não foi boa. Mas eles sabem

⁶Godelier (1981)

⁷Nossas interpretações diferem, portanto, das de Calepesso & Cazella (2003).

(risos), porque teve um colega que falou pra eles” (pescador entrevistado)⁸

Em Marataízes, é possível que um pescador passe a vender peixes para outro atravessador e assim pague a dívida com o primeiro, ou mesmo o atravessador compre a dívida do pescador:

O laço entre pescador e atravessador é um laço muito delicado, se o atravessador abusar dos preços dos pescados, querendo comprar do pescador em um preço muito abaixo do mercado, o pescador pode chegar a outro atravessador e trabalhar para ele, pagando o primeiro atravessador com o tempo. Existe casos em que alguns atravessadores compram o pescado com um preço mais caro e fazem proposta de comprar a dívida de alguns pescadores para que trabalhem para ele⁹.

Assim, não é possível falar simplesmente em patronagem dos comerciantes e atravessadores sobre aqueles que lhes tomam crédito porque estes podem encontrar outros comerciantes com relativa facilidade se forem pessoas conhecidas localmente. O capital social construído, tanto em termos de prestígio e reputação quanto de quantidade e variedade de contatos comerciais potenciais, dá aos devedores certa agência para manobrar seus interesses.

Considerações finais

Este texto descreveu o tipo de abordagem que estamos desenvolvendo no estudo da esfera de circulação do pescado em municípios do sul do Espírito Santo.

Como identificamos: 1) apesar de que o mercado seja a esfera dominante de circulação do pescado, a forma mercadoria não esgota a existência destes, sendo antes uma fase da vida dos peixes, que podem atravessar ao longo de sua vida social esferas não econômicas como aquelas em que circulam como dádiva. 2) O crédito, presente de diferentes formas nas mais diversas esferas de circulação do pescado, vai além do aspecto estritamente econômico e expressa uma balança de trocas em que importam considerações de valor moral. 3) A possibilidade de contar com o crédito é afetada pela reputação de pescadores e comerciantes. Por outro lado, a insolvência nem sempre gera ruptura de relações sociais, mas geralmente uma interrupção momentânea dos negócios recíprocos que podem ser retomados depois de algum tempo ou em novas condições. 4) Ainda que reconhecidamente os comerciantes ganhem relativamente mais que os pescadores ao venderem o pescado, não pode-se afirmar que a relação entre eles seja de dependência já que há maneiras dos pescadores diversificarem

⁸Oliveira, L. Relatório de Iniciação Científica, Edital Pibic 2017/2018.

⁹ Filgueiras, et. al. Breve etnografia do comércio de peixes em dois municípios do sul do Espírito Santo: aspectos morais do sistema de crédito econômico local. No Prelo.

seus clientes.

Bibliografia

Appadurai, A (Org.). A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Eduff, 2008.

Calepesso, A. & Cazella, A. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense. Rev. Econ. Sociol. Rural 51 (2) • Jun 2013.

Clastres, Pierre. Arqueologia da violência. Cosac & Naif, 2014.

Filgueiras, et. al. Breve etnografia do comércio de peixes em dois municípios do sul do Espírito Santo: aspectos morais do sistema de crédito econômico local. No Prelo

Filgueiras, M. & Oliveira, F. Narrativas sobre as categorias de tempo e espaço na cadeia produtiva da pesca de Piúma-ES. IN Filgueiras et. al. (Org). Estruturas tradicionais e racionalidades econômicas: investigando as condições da soberania alimentar nos municípios de Piúma e Montanha, ES. Edição própria, 2020.

Godelier, Maurice. “Moeda de Sal” e Circulação das Mercadorias entre os Baruya da Nova Guiné. São Paulo: Ática, 1981. (pgs 124 a 148).

Malinowski, B. Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Editora Ubu, 2018.

Mauss, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. IN: Sociologia e Antropologia. Editora Cosac & Naify. 2015.

Sahlins, M. Sociedades Tribais. Editora: Zahar, 1968.

_____. A sociedade afluente original. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/322880/SAHLINS%2C+M.+Sociedade+afluente+original.pdf>. Acesso em: 25/08/22.

